

fonte: O Globo class.: 1820

data: 07/11/94 pg.: \_\_\_\_\_

# Mogno brasileiro sofre pressão internacional

DEBORAH BERLINCK  
Correspondente

GENEVA — O destino da exportação do mogno brasileiro começa a ser discutido de hoje até o dia 18 pelos 124 países signatários da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens (CITES), reunidos em Fort Lauderdale (Flórida). A Holanda apresentou oficialmente uma proposta que, se aprovada na reunião da CITES, pode reduzir a exportação de madeira do Brasil. Os holandeses querem que a ONU coloque sob controle internacional o comércio do mogno (*Swietenia macrophylla*).

A Holanda diz que se a exploração comercial do mogno continuar sendo feita sem controle, pode acabar com o estoque natural da espécie não apenas no Brasil, mas em outros países da América do Sul. O Brasil, signatário da CITES, é o maior exportador de mogno do mundo e não aceita a proposta holandesa. O Governo brasileiro discorda de estudos mostrando a redução do mogno e alega que a espécie não está ameaçada.

A CITES foi criada pela ONU há 20 anos para limitar ou proibir o comércio de espécies ameaçadas. Desde que o tratado entrou em vigor, em 1975, os 124 membros se reúnem a cada dois anos para rediscutir o acordo, interpelar quem está violando o tratado e apresentar propostas.

A convenção prevê três tipos de proteção em três Apêndices. No Apêndice I estão listadas as espécies altamente ameaçadas, como gorilas, cujo comércio está proibido. No Apêndice II estão as espécies que precisam de permissão especial para serem exportadas, como araras e orquídeas. E no Apêndice III ficam as espécies cujo comércio só é limitado em alguns países.

A proposta da Holanda é incluir o mogno no Apêndice II. Se a espécie for incluída, a madeira só poderá ser exportada com permissão de autoridades brasileiras sujeita ao controle do secretariado da CITES. Caso os especialistas da CITES verifiquem que o Brasil não está impedindo a exploração predatória, podem pressionar o país a estabelecer um limite. O Brasil mandou a conferência uma delegação grande, liderada pelo diplomata Sérgio Moreira Lima, da Divisão de Produtos de Base do Itamaraty.



A extração do mogno na floresta amazônica pode reduzir o estoque natural, impedindo a reprodução da espécie

## ONGs apóiam a proposta holandesa

A organização não-governamental WWF (Fundo Mundial para a Natureza) apresentou um informe, em Brasília, dizendo que as entidades ambientalistas apóiam a proposta da Holanda. Segundo a WWF, a inclusão do mogno no Apêndice II não impedirá o comércio da espécie porque a medida deverá ser aceita pelos importadores.

“Um estudo de 1992 mostrou

que o mogno desaparece totalmente em 95% das áreas em que há exploração e que nas demais áreas só se reproduz em condições extraordinárias”, disse o informe da ONG. O diretor-executivo da WWF, Eduardo Martins, frisou que o mogno vem sendo explorado no Brasil de forma ilegal e predatória.

— Não acreditamos que a proteção ao mogno cause grandes

problemas econômicos. O mercado internacional é ávido por madeira certificada — disse Martins.

A mesma opinião tem o representante do Ministério da Agricultura da Holanda na CITES, Van Spänkonk. Ele acrescentou que a partir de 1995 Holanda vai banir a importação de madeira tropical cuja exploração implique na destruição de florestas.

## Brasil tentará impedir restrições

BRASÍLIA — O chefe da delegação brasileira à CITES, Sérgio Moreira Lima, informou que o Brasil vai-se empenhar em convencer os representantes dos outros países de que a proposta de inclusão do mogno no Apêndice II não tem justificativa científica significativa. Moreira Lima disse que a aprovação da proposta holandesa pode trazer sérios problemas econômicos pa-

ra os estados da Amazônia.

— Vamos argumentar que estudos da Embrapa e do Instituto Florestal de Porto Rico tiveram resultados contrários à inclusão do mogno no Apêndice II da CITES — afirmou o diplomata.

Além dos aspectos econômico e científico, a comitiva brasileira vai informar aos representantes dos outros países da CITES que, desde 1990, o Brasil adota medi-

das de restrição à exploração irracional do mogno. Segundo Moreira Lima, em 1989 o Brasil exportou 174.000 metros cúbicos de mogno e, no ano passado, o volume da espécie exportada caiu para 112.025 mil metros cúbicos. Um decreto federal, do dia 19, também estabeleceu que a exploração das florestas da Amazônia só será permitida sob a forma de manejo sustentável.